

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	14
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	29
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	32
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error
#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.369.442	1.343.652
1.01	Ativo Circulante	387.528	350.172
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	344.461	305.814
1.01.03	Contas a Receber	16.996	14.299
1.01.03.01	Clientes	1.505	884
1.01.03.01.01	Concessionárias	1.505	884
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.491	13.415
1.01.03.02.01	Rendas a receber	15.491	13.415
1.01.04	Estoques	8.456	8.362
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.560	20.541
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.560	20.541
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7.793	11.944
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	8.767	8.597
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.055	1.156
1.01.08.03	Outros	1.055	1.156
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.007	1.108
1.02	Ativo Não Circulante	981.914	993.480
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.325	5.665
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.325	5.665
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	4.839	5.169
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	96	108
1.02.01.10.05	Outros créditos	390	388
1.02.03	Imobilizado	854.459	862.171
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	820.802	829.834
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	65	108
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	33.592	32.229
1.02.04	Intangível	122.130	125.644
1.02.04.01	Intangíveis	122.130	125.644
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	119.435	122.755
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	1.957	2.151
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	738	738

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.369.442	1.343.652
2.01	Passivo Circulante	116.783	91.768
2.01.02	Fornecedores	2.188	4.330
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.188	4.330
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.620	2.053
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.611	1.941
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.567	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.044	1.941
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8	51
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	61
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.128	11.906
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.128	11.906
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.128	11.906
2.01.05	Outras Obrigações	69.273	55.938
2.01.05.02	Outros	69.273	55.938
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.583	43.420
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	8.310	8.309
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	4.380	4.209
2.01.06	Provisões	18.574	17.541
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84	93
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	84	93
2.01.06.02	Outras Provisões	18.490	17.448
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	18.490	17.448
2.02	Passivo Não Circulante	285.010	286.377
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	102.404	101.454
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	102.404	101.454
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	102.404	101.454
2.02.02	Outras Obrigações	58.179	58.521
2.02.02.02	Outros	58.179	58.521
2.02.02.02.05	Uso do bem público	54.171	55.383
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	4.008	3.138
2.02.03	Tributos Diferidos	17.290	19.030
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.290	19.030
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.235	18.977
2.02.03.01.02	Outros Tributos diferidos	55	53
2.02.04	Provisões	107.137	107.372
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.282	13.776
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	28	27
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.368	1.319
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	12.886	12.430
2.02.04.02	Outras Provisões	92.855	93.596
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	92.557	93.293
2.02.04.02.04	Outras provisões	298	303
2.03	Patrimônio Líquido	967.649	965.507
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	132.552	145.715
2.03.04.01	Reserva Legal	72.032	72.032
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	47.602	43.560
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	17.205
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.305	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	860	860

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	45.536	39.304
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.364	-18.673
3.02.01	Custo com energia elétrica	-356	-318
3.02.02	Custo de operação	-18.008	-18.355
3.03	Resultado Bruto	27.172	20.631
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.292	-2.794
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.292	-2.805
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.292	-2.805
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.880	17.837
3.06	Resultado Financeiro	300	-307
3.06.01	Receitas Financeiras	10.238	7.506
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.938	-7.813
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.180	17.530
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.875	-7.030
3.08.01	Corrente	-11.617	-7.774
3.08.02	Diferido	1.742	744
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.305	10.500
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.305	10.500
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01855	0,0066
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01855	0,0066
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	15.305	10.500
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.305	10.500

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	40.063	24.836
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.270	38.646
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.180	17.530
6.01.01.03	Direito de concessão - GSF	12	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	12.522	13.567
6.01.01.08	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos	6.172	5.385
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	933	1.271
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	512	469
6.01.01.16	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-84	-112
6.01.01.18	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	2.089	612
6.01.01.19	Outros	-66	-76
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.207	-13.810
6.01.02.01	Concessionárias	-621	-298
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-416	-2.393
6.01.02.04	Rendas a receber	-2.076	299
6.01.02.05	Estoques	-94	32
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	433	-6
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	99	-693
6.01.02.08	Fornecedores	-2.142	-1.393
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	4.545	0
6.01.02.13	Provisões	-1.843	-3.044
6.01.02.14	Uso do bem público	-2.144	-2.102
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	1.099	-807
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.047	-3.405
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.363	-109
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.363	-109
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53	-83
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-35
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-53	-48
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	38.647	24.644
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	305.814	261.818
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	344.461	286.462

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	145.715	0	860	965.507
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	145.715	0	860	965.507
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-13.163	0	0	-13.163
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2026	0	0	-17.205	0	0	-17.205
5.04.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	4.042	0	0	4.042
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.305	0	15.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.305	0	15.305
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	132.552	15.305	860	967.649

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	135.936	0	623	955.491
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	135.936	0	623	955.491
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-10.849	0	0	-10.849
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2025	0	0	-14.179	0	0	-14.179
5.04.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	3.330	0	0	3.330
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.500	0	10.500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.500	0	10.500
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	125.087	10.500	623	955.142

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	51.708	43.559
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	50.345	43.450
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.363	109
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.221	-2.601
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-54	-71
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.448	-1.765
7.02.04	Outros	-719	-765
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-338	-280
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-381	-485
7.03	Valor Adicionado Bruto	47.487	40.958
7.04	Retenções	-12.590	-13.634
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.590	-13.634
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.897	27.324
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.760	7.886
7.06.02	Receitas Financeiras	10.760	7.886
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.657	35.210
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.657	35.210
7.08.01	Pessoal	4.718	4.773
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.617	3.590
7.08.01.02	Benefícios	841	848
7.08.01.03	F.G.T.S.	260	335
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.659	12.093
7.08.02.01	Federais	15.591	11.936
7.08.02.02	Estaduais	51	48
7.08.02.03	Municipais	17	109
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.975	7.844
7.08.03.01	Juros	9.938	7.813
7.08.03.02	Aluguéis	37	31
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.305	10.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.305	10.500

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2026(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T26	2025	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.369.442	1.343.652	1,9%
Patrimônio líquido	R\$ mil	967.649	965.507	0,2%
Dívida líquida	R\$ mil	-224.929	-192.454	16,9%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	-0,23	-0,20	16,6%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-1,78	-1,58	12,9%

RESULTADOS	Unidade	Acumulado		Var. %
		3M26	3M25	
Receita Líquida	R\$ mil	45.536	39.304	15,9%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(20.300)	(21.149)	-4,0%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(356)	(318)	11,9%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	24.880	17.837	39,5%
EBITDA	R\$ mil	37.402	31.404	19,1%
Resultado financeiro	R\$ mil	300	(307)	-197,7%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	25.180	17.530	43,6%
Lucro líquido	R\$ mil	15.305	10.500	45,8%

* inclui depreciação e amortização

Margens

Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	82,14%	79,90%	2,2%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	33,61%	26,71%	6,9%

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T26, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1.347,3 GWh de energia, valor 17% maior do que os 1.146,8 GWh gerados no 1T25, devido a maior afluência (vazão) do Rio Tocantins. A UHE Lajeado continua mantendo o desempenho histórico, com disponibilidade acumulada (60 meses) ao final do trimestre no valor de 98,27%, 3,51 pontos percentuais acima da referência regulatória de 94,76%. A Taxa de Falha (12 meses) se manteve no segundo menor valor histórico ao final do 1T26 no valor de 0 falhas/ano, significativamente abaixo da referência regulatória de 5,0 falhas/ano.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	3M26	3M25	%
Receita operacional líquida	45.536	39.304	15,9%
Gastos não gerenciáveis	(356)	(318)	11,9%
Energia elétrica comprada para revenda	(47)	(63)	-25,4%
Encargos de uso da rede elétrica	(309)	(255)	21,2%
Margem bruta	45.180	38.986	15,9%
Gastos gerenciáveis	(20.300)	(21.149)	-4,0%
Total PMSO	(7.778)	(7.582)	2,6%
Pessoal	(5.369)	(5.467)	-1,8%
Materiais	(202)	(299)	-32,4%
Serviços de terceiros	(1.773)	(1.240)	43,0%
Arrendamentos e aluguéis	(34)	(30)	13,3%
Provisões e contingências	-	11	-100,0%
Outros gastos gerenciáveis	(400)	(557)	-28,2%
Depreciação e amortização	(12.522)	(13.567)	-7,7%
Depreciação	(9.008)	(10.488)	-14,1%
Amortização	(3.514)	(3.079)	14,1%
Resultado do serviço (EBIT)	24.880	17.837	39,5%
EBITDA	37.402	31.404	19,1%
Margem EBITDA	82,1%	79,9%	2,8%
Resultado financeiro líquido	300	(307)	-197,7%
Receitas financeiras	10.238	7.506	36,4%
Despesas financeiras	(9.938)	(7.813)	27,2%
LAIR	25.180	17.530	43,6%
Imposto de renda e contribuição social	(9.875)	(7.030)	40,5%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.617)	(7.774)	49,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.742	744	134,1%
Lucro líquido	15.305	10.500	45,8%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 45,5 milhões no 1T26, acréscimo de 15,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 6,2 MM é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Comentário do Desempenho

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 356 mil no primeiro trimestre do ano, R\$ 38 mil superior ao período comparativo.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 7,8 milhões no primeiro trimestre de 2026, aumento de 2,6% em relação ao primeiro trimestre de 2025.

No primeiro trimestre de 2026 o **EBITDA** alcançou R\$ 37,4 milhões, 19,1% superior comparado ao mesmo período do ano anterior.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 12,5 milhões, no primeiro trimestre do ano, 7,7% inferior ao período comparativo.

O **Resultado Financeiro** líquido no 1T26 foi positivo em R\$ 300 mil, 197,7% superior ao 1T25, decorrente do maior rendimento de aplicação financeira e saldo de caixa médio indexado ao CDI reduzido por maiores despesas das ações preferenciais e atualização monetária da licença ambiental.

No 1T26, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 15,3 milhões, aumento de R\$ 4,8 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T26	4T25	var.%	1T25	var.%
(+) Dívida bruta	119.532	113.360	5,4%	113.318	5,5%
(-) Disponibilidades	-344.461	-305.814	12,6%	-286.462	20,2%
(=) Dívida líquida	-224.929	-192.454	16,9%	-173.144	29,9%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 119,5 milhões em 30 de março de 2026, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 344,5 milhões de caixa e disponibilidades foi negativa em -R\$ 224,9 milhões em 31 de março de 2026. Essa variação ocorreu, em maior parte, devido ao aumento da geração de caixa operacional da empresa.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- 1 Contexto operacional**
A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 005/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- 1.1 Concessão**
A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias, tendo sua vigência posteriormente estendida, por meio de termos aditivos, até 23 de setembro de 2035. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MW.
Em 17 de março de 2026, foi publicado o nono termo aditivo, que alterou o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães, prorrogando-o de 22 de setembro de 2035 para 23 de setembro de 2035, representando acréscimo de um dia na vigência da concessão. A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado, que tem como consorciada líder a Investco.
A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de “Produtor Independente”, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.
Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final do contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos. Foi aprovado o oitavo termo aditivo ao contrato de concessão, com objetivo de adequar a energia assegurada que passará a ser de 3.836.880MWh/ano, após a revisão da garantia física através da Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022.
Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.
- 1.1.1 Uso do bem público**
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 37º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de março de 2026, de R\$8.573 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2026, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$62.481 (R\$63.692 em 31 de dezembro de 2025). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
- 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita Operacional Líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Até 31 de dezembro de 2025, 30% do cálculo do P&D era destinado à Conta de desenvolvimento energético - CDE, conforme despacho ANEEL nº 904/2021. A partir de 1º de janeiro de 2026, encerrou-se a vigência do recolhimento à CDE e o percentual da Receita Operacional Líquida aplicado em P&D passou a ser fixo em 0,40%, em substituição à sistemática anterior de faixas variáveis conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025.
- 2 Base de preparação**
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis intermediárias.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis intermediárias em 06 de maio de 2026.
Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2025.
Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido as variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais publicadas em 25 de fevereiro de 2026.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2025	Título da nota explicativa	Justificativa
2.6	Informações por segmento	(b)
2.8	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(a)
11	Estoques	(b)
12	Prêmio de risco - GSF	(a)
13.1	Arrendamentos e aluguéis	(b)
19	Benefícios pós-emprego	(a)
20	Uso do bem público - UBP	(b)
22.2	Destinação do lucro	(a)
22.4	Outros resultados abrangentes	(a)
28.1.1.1	Ativos financeiros	(b)
28.1.1.2	Passivos financeiros	(b)
28.1.2	Valor justo	(b)
28.1.2.1	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(b)
31	Cobertura de seguros	(a)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.
(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2026 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consideradas imateriais pela Administração da Companhia.

- 2.2Práticas contábeis
- As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
- 2.3Base de mensuração
- As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.
- 2.4Uso de estimativas e julgamentos
- Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, estão descritas na nota explicativa 2.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.
- 2.5Moeda funcional e moeda de apresentação
- A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
- 2.6Redução ao valor recuperável
- A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No período findo em 31 de março de 2026 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável na Companhia.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.
- 3Evento significativo do período
- 3.1Reforma Tributária sobre o Consumo
- A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, posteriormente regulamentada, em especial, pela Lei Complementar nº 214/2025, que disciplinou a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, e pela Lei Complementar nº 227/2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e tratou de aspectos de governança, administração e coordenação do novo tributo subnacional.

A reforma prevê a substituição gradual da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS, do ICMS, do ISSQN e, em grande medida, do IPI, pela Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS (de competência da União), pelo Imposto sobre Bens e Serviços – IBS (de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios) e pelo Imposto Seletivo – IS, observando modelo de tributação no destino e não cumulatividade ampla. A transição para esse novo regime ocorrerá de forma escalonada até 2033.

No período de 2026, iniciou-se a fase de transição operacional do novo sistema, com as alíquotas de referência de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS, totalizando 1%, conforme a regulamentação já publicada. Trata-se, contudo, de um ano de caráter predominantemente educativo, de adaptação e testes, em que a operacionalização dos novos tributos depende da evolução dos regulamentos infralegais e da implementação das obrigações acessórias correspondentes. Nessa fase, eventual recolhimento do montante-teste pode ser compensado na forma prevista na legislação, sem representar, em princípio, aumento de carga tributária.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Além disso, o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1, de 23 de dezembro de 2025, estabeleceu mecanismo de adaptação gradual às obrigações acessórias do IBS e da CBS no ano de 2026, prevendo que os contribuintes terão três meses, contados da publicação dos regulamentos, para adaptação, sem necessidade de recolhimento do IBS e da CBS e sem aplicação de penalidades. Também foi previsto que, até o primeiro dia do quarto mês subsequente à publicação desses regulamentos, não haverá penalidade pelo não preenchimento dos campos específicos dos novos tributos nos documentos fiscais eletrônicos. Assim, o ambiente normativo ainda se encontra em evolução, com caráter transitório e de acomodação operacional.

No âmbito da documentação fiscal eletrônica, já haviam sido publicadas notas técnicas e orientações para adequação dos leiautes da NF-e, NF3-e e de outros documentos eletrônicos ao novo regime. No caso específico da NF-e, a Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004, em sua versão 2.0, esclareceu que as validações de obrigatoriedade dos grupos "IBSCBS" permaneceriam suspensas nos ambientes de produção restrita e produção, de modo que a ausência dessas informações não impediria, naquele momento, a autorização ou recepção dos documentos fiscais. Isso reforça que, na data-base de 31 de março de 2026, o processo ainda estava em fase de implantação e estabilização tecnológica.

Dessa forma, em 31 de março de 2026, embora a Reforma Tributária sobre o Consumo já esteja formalmente em vigor em sua fase inicial, os tributos atualmente incidentes sobre o consumo, nomeadamente PIS, COFINS, ICMS e ISSQN, permanecem aplicáveis, assim como suas obrigações principais e acessórias, uma vez que a substituição plena pelos novos tributos ocorrerá de forma progressiva ao longo do período de transição. Em particular, a extinção de PIS/COFINS está prevista para 2027, enquanto a substituição do ICMS e ISSQN pelo IBS ocorrerá de maneira gradual entre 2029 e 2032, com consolidação do novo modelo em 2033.

Nesse contexto, a Companhia vem desenvolvendo ações de preparação para o novo regime, abrangendo, entre outras frentes: (i) revisão de cadastros tributários e fiscais; (ii) adequação de sistemas, ERPs e mensagerias fiscais aos novos leiautes e campos relacionados ao IBS/CBS; (iii) testes de emissão e recepção de XMLs; e (iv) avaliação de impactos em contratos, processos e políticas tributárias. Considerando, entretanto, o estágio de regulamentação e implementação verificado em 31 de março de 2026, tais iniciativas devem ser compreendidas como parte de um processo contínuo de adaptação, e não como conclusão definitiva de todas as medidas requeridas pelo novo modelo.

Ao longo do período de transição, as entidades deverão continuar avaliando os impactos da reforma sobre a mensuração, apresentação e recuperabilidade de ativos e passivos tributários, inclusive créditos acumulados vinculados ao regime anterior, à medida que avancem a regulamentação complementar, a definição operacional das obrigações acessórias e a maturação dos sistemas arrecadatórios e documentais do IBS e da CBS. Nesse cenário, as notas explicativas devem refletir, com transparência, o estágio de implementação da reforma, as principais incertezas regulatórias e operacionais ainda existentes na data-base, bem como os julgamentos relevantes adotados pela administração na avaliação de seus possíveis efeitos contábeis e fiscais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento		1.683	2.774
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	303.989	303.040
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2	38.789	
		342.778	303.040
Total		344.461	305.814

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 100,00% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Nota	Circulante	
		31/03/2026	31/12/2025
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		981	737
Energia de curto prazo	5.1	411	35
Encargos de uso da rede elétrica		113	112
		1.505	884

Os detalhes sobre recebimentos dos contratos e perdas esperadas, estão descritos na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

5.1 Energia de curto prazo

A variação é decorrente de valores a receber da liquidação da CCEE. Em 2026, houve maior volume de sobras de energia, em comparação a 2025, liquidadas no mercado de curto prazo.

6 Rendas a receber

	Circulante	
	31/03/2026	31/12/2025
Lajeado Energia	11.309	9.793
Paulista Lajeado	1.084	939
CEB Lajeado	3.098	2.683
	15.491	13.415

Os detalhes sobre a natureza de cada contrato de Rendas a receber estão descritos na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2025	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/03/2026
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	11.944		84	4.047	(4.232)	(4.050)	7.793
Total Circulante		11.944	-	84	4.047	(4.232)	(4.050)	7.793
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		129	313				(313)	129
IRRF sobre aplicações financeiras		8.458	170					8.628
Outros		10						10
Total Circulante		8.597	483	-	-	-	(313)	8.767
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	11.617				(4.050)	7.567
Total Circulante		-	11.617	-	-	-	(4.050)	7.567
Outros tributos a recolher								
ICMS		51	16		(59)			8
PIS e COFINS		1.379	5.178		(368)	(4.232)	(313)	1.644
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		197	321		(419)			99
Encargos com pessoal		426	1.176		(1.300)			302
Total Circulante		2.053	6.691	-	(2.146)	(4.232)	(313)	2.053

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O saldo de R\$7.793 (R\$11.944 em 31 de dezembro de 2025), em sua totalidade, refere-se a créditos de saldos negativos do IRPJ e da CSLL do ano de 2025, que conforme art. 28 da Instrução Normativa nº 2055, de 06 de Dezembro de 2021, somente poderá ser utilizados/restituídos após o envio da ECF – Escrituração Contábil Fiscal para RFB – Receita Federal do Brasil, prevista para julho de 2026.

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não circulante	
		31/03/2026	31/12/2025
Outros Tributos diferidos		55	53
Imposto de renda e contribuição social	8.1	17.235	18.977
		17.290	19.030

8.1 Imposto de renda e contribuição social

8.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
						2026	2025
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		50	34			16	19
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		3.173	3.018			155	(37)
Uso do bem público - CPC 25		21.244	21.656	4.098	4.223	(287)	(292)
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.1.1			33.789	34.513	724	698
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		443	443				
Direito de concessão - GSF				710	729	19	
Licenças ambientais	16.2	37.756	37.652	41.034	42.058	1.128	405
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		25	42	22	37	(2)	
Outras		124	126	397	388	(11)	(49)
Total bruto		62.815	62.971	80.050	81.948	1.742	744
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(62.815)	(62.971)	(62.815)	(62.971)		
Total		-	-	17.235	18.977		

8.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 15).

8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	A partir de 2034	Total Não circulante
6.393	8.524	8.789	7.466	7.655	22.231	1.757	62.815

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 14) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentados como segue:

		Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
		Circulante		Circulante	Não circulante	Operacionais	
		31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Períodos de 3 meses findos em 31 de março
							2026 2025
Relacionamento							
Concessionárias (Nota 5)							
Suprimento de energia elétrica							
EDP São Paulo	Controle Comum	337	346			977	(1.918)
Uso do sistema de transmissão							
EDP São Paulo	Controle Comum	37	40			116	(178)
		374	386	-	-	1.093	(2.096)
Rendas a receber (Nota 6)							
Arrendamento UHE Lajeado							
Lajeado	Controladora direta	11.309	9.793			33.926	29.380
CEB Lajeado	Acionista não controlador	3.098	2.683			9.295	10.866
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	1.084	939			3.253	2.817
		15.491	13.415	-	-	46.474	43.063
Fornecedores (Nota 13)							
Uso do sistema de transmissão							
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (*)						(2)
EDP Goiás	Controle Comum					(1)	(1)
Contrato de prestação de serviços (d)							
EDP Goiás	Controle Comum					(270)	(171)
		-	-	-	-	(271)	(174)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)							
Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice (a,b e c)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta				4.002	3.132	(872)
EDP São Paulo	Controle Comum				6	2	(861)
		-	-	-	4.008	3.134	(872)
		15.865	13.801	-	4.008	3.134	(872)
							(863)
						46.424	39.930

(*) Em 30 de abril de 2025, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão Aliança e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 25.2).

As operações de compartilhamentos e prestações de serviços realizadas com as partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os detalhes sobre a natureza de cada contrato de partes relacionadas estão descritos na nota explicativa 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março							
	2026				2025			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	100	19	37	156	101	19	37	157
Benefícios de curto prazo (b)	4			4	9			9
Benefícios - Previdência Privada				-	2			2
Total	104	19	37	160	112	19	37	168

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos			177		249
Serviços em curso			382	388	369
Despesas pagas antecipadamente			448		490
Outros				2	
Total			1.007	390	388
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento			278		440
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			4.008	3.134
Arrendamentos e aluguéis			73		123
Obrigações Sociais e Trabalhistas			3.793		3.466
Encargos Setoriais			91		50
Outros			145		130
Total			4.380	4.008	3.138

11 Imobilizado

11.1 Composição do imobilizado

	31/03/2026				31/12/2025			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		116.676		116.676		116.676		116.676
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	697.232	(322.372)	374.860	2,00	697.232	(318.886)	378.346
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,26	336.896	(181.820)	155.076	2,26	336.896	(179.919)	156.977
Máquinas e equipamentos	3,12	443.510	(276.034)	167.476	3,12	443.508	(272.617)	170.891
Veículos	14,29	868	(729)	139	14,29	868	(719)	149
Móveis e utensílios	7,93	1.323	(573)	750	7,93	1.323	(547)	776
		1.596.505	(781.528)	814.977		1.596.503	(772.688)	823.815
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	529	(404)	125	3,33	529	(399)	130
Máquinas e equipamentos	3,49	16.682	(12.826)	3.856	3,49	16.682	(12.720)	3.962
		17.211	(13.230)	3.981		17.211	(13.119)	4.092
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	609	(39)	570	3,33	609	(34)	575
Máquinas e equipamentos	10,97	1.408	(777)	631	10,97	1.410	(748)	662
Veículos	14,29	1.110	(844)	266	14,29	1.110	(818)	292
Móveis e utensílios	8,85	1.032	(655)	377	8,85	1.032	(634)	398
		4.159	(2.315)	1.844		4.161	(2.234)	1.927
Total do imobilizado em serviço		1.617.875	(797.073)	820.802		1.617.875	(788.041)	829.834
Ativos de direito de uso (Nota 11.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,75	523	(497)	26	10,75	523	(468)	55
Veículos	20,71	259	(220)	39	20,71	259	(206)	53
Total Ativos de direito de uso		782	(717)	65		782	(674)	108
Imobilizado em curso								
Geração		33.592		33.592		32.229		32.229
Total do imobilizado em curso		33.592	-	33.592		32.229	-	32.229
Total do imobilizado		1.652.249	(797.790)	854.459		1.650.886	(788.715)	862.171

11.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2025	Ingressos (Nota 11.2.1)	Deprecia- ções	Reclassifica- ções	Valor líquido 31/03/2026
Imobilizado em serviço					
Terrenos	116.676				116.676
Reservatórios, barragens e adutoras	378.346		(3.486)		374.860
Edificações, obras civis e benfeitorias	157.682		(1.911)		155.771
Máquinas e equipamentos	175.515		(3.552)		171.963
Veículos	441		(36)		405
Móveis e utensílios	1.174		(47)		1.127
Total do imobilizado em serviço	829.834	-	(9.032)	-	820.802
Ativos de direito de uso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	55		(29)		26
Veículos	53		(14)		39
Total Ativos de direito de uso	108	-	(43)	-	65
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	20.021	326		37	20.384
Depósitos Judiciais	11.071				11.071
Outros	1.137	1.037		(37)	2.137
Total do imobilizado em curso	32.229	1.363	-	-	33.592
Total do imobilizado	862.171	1.363	(9.075)	-	854.459

11.2.1 Ingressos
Os ingressos referem-se à aquisição de caminhonetes destinadas à renovação da frota, além de investimentos em automação das comportas da tomada d'água.

12 Intangível
12.1 Composição do intangível

Nota	31/03/2026				31/12/2025			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	363	(363)	-	20,00	363	(363)	-
Direito de concessão - Licenças ambientais	16.2	15,95	144.681	(39.386)	15,95	144.681	(36.488)	108.193
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		3,23	31.865	(19.812)	3,23	31.865	(19.445)	12.420
Direito de concessão - GSF		6,78	3.269	(1.182)	6,78	3.269	(1.127)	2.142
			180.178	(60.743)		180.178	(57.423)	122.755
Administração								
Software	20,00	4.981	(3.024)	1.957	20,00	4.981	(2.830)	2.151
			4.981	(3.024)		4.981	(2.830)	2.151
Total do intangível em serviço		185.159	(63.767)	121.392		185.159	(60.253)	124.906
Intangível em curso								
Geração		156		156		156		156
Administração		582		582		582		582
Total do intangível em curso		738	-	738		738	-	738
Total do intangível		185.897	(63.767)	122.130		185.897	(60.253)	125.644

12.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2025	Amortiza- ções	Valor líquido 31/03/2026
Intangível em serviço				
Software		2.151	(194)	1.957
Direito de concessão - Licenças ambientais	16.2	108.193	(2.898)	105.295
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		12.420	(367)	12.053
Direito de concessão - GSF		2.142	(55)	2.087
Total do intangível em serviço		124.906	(3.514)	121.392
Intangível em curso				
Outros Intangíveis em curso		738		738
Total do Intangível em curso		738	-	738
Total do Intangível		125.644	(3.514)	122.130

13 Fornecedores

		Circulante	
	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Encargos de uso da rede elétrica		113	113
Operações CCEE			20
Materiais e serviços	13.1	2.075	4.197
Total		2.188	4.330

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Materiais e serviços
A redução do saldo no período, refere-se ao pagamento de gastos relacionados aos serviços de automação da instrumentação de segurança da barragem, à recapitação do polo do gerador e desenvolvimento do PI System que foram registrado em dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14 Dividendos
Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Dividendos adicionais
Foi aprovada em AGO, realizada em 29 de abril de 2026, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Destinação distribuída da seguinte forma: (i) R\$3.422 como Constituição de Reserva Legal; (ii) JSCP no valor de R\$47.809 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais; e (iii) dividendos complementares no valor de R\$17.205 já contabilizados em 31 de dezembro de 2025 na rubrica de Lucros a deliberar. O JSCP e os dividendos serão pagos no decorrer do exercício de 2026.

14.1 Segue a composição dos dividendos:

Passivo	Saldo em 31/12/2025	Dividendos Adicionais	Saldo em 31/03/2026
Lajeado Energia	29.665	9.610	39.275
CEB Lajeado	8.127	2.632	10.759
Paulista Lajeado Energia	2.845	921	3.766
Acionistas não controladores (*)	2.783		2.783
	43.420	13.163	56.583

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/03/2026				31/12/2025			
		Encargos		Principal		Encargos		Principal	
Moeda nacional	Finalidade	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante
									Total
	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Amortização mensal do custo de transação	17.128	30.680	71.724	119.532	11.906	31.210	70.244
Total			17.128	30.680	71.724	119.532	11.906	31.210	70.244

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

15.1.1 Ações preferenciais resgatáveis
Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2026 de R\$119.532 (R\$133.360 em 31 de dezembro de 2025) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão conforme nota 1.1), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2025	Juros provisio- nados (Nota 15.2.1)	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/03/2026
Circulante					
Juros	11.906	4.042	1.180		17.128
	11.906	4.042	1.180	-	17.128
Não circulante					
Principal	70.244			1.480	71.724
Juros	31.210		(1.180)	650	30.680
	101.454	-	(1.180)	2.130	102.404

15.2.1 Juros provisionados
Referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia (Nota 14), registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 20).

	Dividendos
Dividendos adicionais atribuíveis aos acionistas das ações:	
Preferenciais Classe "A" (PNA)	533
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.509
	4.042

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2026	15.948
2027	1.180
	<u>17.128</u>
Não circulante	
2027	3.540
2028	3.995
2029	3.675
2030	3.381
2031 até 2035	<u>87.813</u>
	<u>102.404</u>
Total	<u>119.532</u>

16 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1			13.212	12.760	4.839	5.169
Licenças ambientais	16.2	18.490	17.448	92.557	93.293		
Total		<u>18.490</u>	<u>17.448</u>	<u>105.769</u>	<u>106.053</u>	<u>4.839</u>	<u>5.169</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações contábeis intermediárias. A atualização monetária é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

	Passivo					Ativo	
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2026	Depósito judicial
Trabalhistas	27				1	28	792
Cíveis	12.430		(55)		511	12.886	23
Outros	303	5	(5)	(5)		298	4.053
Total Não circulante	<u>12.760</u>	<u>5</u>	<u>(60)</u>	<u>(5)</u>	<u>512</u>	<u>13.212</u>	<u>4.660</u>

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$6.290 em 31 de março de 2026 (R\$6.290 em 31 de dezembro de 2025).

A descrição das principais contingências trabalhistas, cíveis e outras, com risco de perda provável, foram divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025 (Nota Explicativa 21.1.1) e não sofreram alterações ou novas adições relevantes.

16.1.2 Risco de perda possível

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis	155.626	148.716		
Fiscais	10.132	10.338	102	100
Total	<u>165.758</u>	<u>159.054</u>	<u>102</u>	<u>100</u>

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$641 em 31 de março de 2026 (R\$430 em 31 de dezembro de 2025).

A descrição das principais contingências cíveis e fiscais, com risco de perda possível, foram divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2025 (Notas explicativas 21.1.1.1 e 21.1.1.2) e não sofreram alterações ou novas adições relevantes.

16.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2026 é de R\$77 (R\$993 em 31 de dezembro de 2025).

16.2 Licenças Ambientais

Os detalhes sobre a natureza da licença ambiental estão descritos na nota explicativa 21.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante os períodos foram de R\$1.783 (R\$2.434 em 31 de março de 2025). A totalidade destes montantes refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já havia sido provisionado e capitalizado.

	Saldo em 31/12/2025	Pagamentos	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2026
Licenças ambientais					
Circulante	17.448	(1.783)	2.829	(4)	18.490
Não circulante	93.293		(2.829)	2.093	92.557
Total	<u>110.741</u>	<u>(1.783)</u>	<u>-</u>	<u>2.089</u>	<u>111.047</u>

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 15). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 22 de setembro de 2035 conforme nota 1.1.

Não ocorreram variações na composição do Capital social em 31 de março de 2026 face a 31 de dezembro de 2025. Segue a composição do Capital social a qual é demonstrada abaixo:

31/03/2026 e 31/12/2025												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

17.2 Reservas

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		72.032	72.032
Retenção de lucros	17.2.1	47.602	43.560
Dividendo adicional proposto	17.2.2		17.205
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		12.918	12.918
		132.552	145.715
Total		147.025	160.188

17.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$4.042 é decorrente da reversão dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 14.

17.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$17.205, R\$13.163 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 14) e R\$4.042 como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C". Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 29 de abril de 2026.

18 Receitas

Os detalhes sobre a natureza de cada receita estão descritos na nota explicativa 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Períodos de 3 meses findos em 31 de março				
Nota	MWh		R\$	
	2026	2025	2026	2025
Suprimento de energia elétrica	8.678	7.977	2.898	2.496
Energia de curto prazo	1.339	2.613	634	431
Arrendamentos e aluguéis	6		46.697	40.424
Outras receitas operacionais			116	99
Receita operacional bruta			10.017	10.590
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
PIS/COFINS			(4.657)	(4.019)
			(4.657)	(4.019)
Encargos do consumidor				
P&D			(31)	(25)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(111)	(92)
Taxa de fiscalização			(10)	(10)
			(152)	(127)
			(4.809)	(4.146)
Receitas	10.017	10.590	45.536	39.304

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Gastos operacionais
Os detalhes sobre a natureza de gastos operacionais estão descritos na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de

Períodos de 3 meses findos em 31 de março									
2026					2025				
Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		Custo do serviço		Despesas operacionais		Total
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	47			47	63				63
Encargos de uso da rede elétrica	307			307	254				254
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		4.365	1.004	5.369		4.581	886		5.467
Material		196	6	202		295	4		299
Serviços de terceiros		1.081	692	1.773		88	1.152		1.240
Depreciação - Imobilizado em serviço	11.2	8.938	27	8.965		10.395	51		10.446
Depreciação - Ativos de direito de uso	11.2	30	13	43			42		42
Amortização	12.2	3.325	189	3.514		2.887	192		3.079
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1.1			-				(11)	(11)
Arrendamentos e aluguéis		6	28	34			30		30
Outras	2	67	333	402	1	109	448		558
Total	356	18.008	2.292	20.656	318	18.355	2.805	(11)	21.467

20 Resultado financeiro

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2026	2025
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	10.544
Energia vendida		1
Depósitos judiciais		103
Juros e multa sobre tributos		84
Outros juros e variações monetárias		2
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(522)
Outras receitas financeiras		27
	10.238	7.506
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	15.2	(4.042)
Ajustes a valor presente	15.2	(2.130)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1.1	(512)
Uso do bem público	1.1.1 e 20.1	(933)
Benefícios pós-emprego		(38)
Arrendamentos e aluguéis		(3)
Licenças ambientais	16.2	(2.089)
Outras despesas financeiras		(191)
	(9.938)	(7.813)
	300	(307)

20.1 Uso do bem público
A variação na rubrica de Uso do Bem Público -UBP decorre, principalmente, da redução da atualização monetária, devido à queda do indexador IGP-M, que apresentou variação de 0,19% no período findo em 31 de março de 2026, em comparação com o período anterior, que teve uma variação de -0,34% em 2025.

21 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2026	2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	25.180	17.530
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(8.561)	(5.960)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações		(12)
Juros sobre as ações preferenciais	(1.374)	(1.132)
Outras	60	74
Despesa de IRPJ e CSLL	(9.875)	(7.030)
Alíquota Efetiva	39,2%	40,1%

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2026	2025
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	7.459	2.654
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	3.933
	15.305	10.500
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,01855	0,00660
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,03669

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes	Resultado por classe de ações
2026			
Ordinárias (ON)	7.828	(369)	7.459
Preferenciais Classe "R" (PNR)	4.974	(1.848)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	317	281	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	100	89	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.086	1.847	3.933
	15.305	-	15.305
2025			
Ordinárias (ON)	5.371	(2.717)	2.654
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.412	(286)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	217	381	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	69	120	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.431	2.502	3.933
	10.500	-	10.500

22.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- 23.1

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.
- 23.1.1

Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

		Valor justo		Valor contábil		
	Nota	Níveis	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	342.778	303.040	342.778	303.040
			342.778	303.040	342.778	303.040
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.683	2.774	1.683	2.774
Concessionárias	5	Nível 2	1.505	884	1.505	884
Rendas a receber	6	Nível 2	15.491	13.415	15.491	13.415
			18.679	17.073	18.679	17.073
			361.457	320.113	361.457	320.113
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	2.188	4.330	2.188	4.330
Uso do bem público	1.1.1	Nível 2	56.867	57.845	62.481	63.692
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15					
Moeda nacional		Nível 2	104.953	104.032	119.532	113.360
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	4.008	3.134	4.008	3.134
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	79	123	73	123
Licenças Ambientais	16.2	Nível 2	103.248	91.887	111.047	110.741
			271.343	261.351	299.329	295.380

- 23.2

Gestão de riscos

As informações referentes à gestão de riscos foram apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nota explicativa 28.2, e não sofreram alterações para o período de 31 de março de 2026.
- 23.2.1

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2026 a Companhia não possui riscos de mercado associados à dívida.
- 23.2.1.1

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas por meio de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	303.989	19.736	19.736	4.783	9.510	(4.840)	(9.741)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	38.789	451	451	105	207	(108)	(219)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	342.778	20.187	20.187	4.888	9.717	(4.948)	(9.960)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 21,96% e 4,25% a.a.

- 23.2.2

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2026, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2026						31/12/2025
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	49	329	1.810				2.188
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				4.008			4.008
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.772	3.544	16.530	14.591	127.518	(44.423)	119.532
Uso do bem público	714	1.429	6.432	34.347	38.640	(19.081)	62.481
Arrendamentos e aluguéis	17	17	42			(3)	73
Licenças Ambientais	926	5.652	12.385	54.674	91.250	(53.840)	111.047
	3.478	10.971	37.199	107.620	257.408	(117.347)	299.329

- 23.2.3
Risco hidrológico
- 23.2.4
Riscos ambientais
- 23.2.5
Risco de crédito
- 23.2.6
Risco regulatório
- 23.2.7
Gestão de capital

	31/03/2026	31/12/2025
Total dos empréstimos	119.532	113.360
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(344.461)	(305.814)
Dívida líquida	(224.929)	(192.454)
Total do Patrimônio Líquido	967.649	965.507
Total do capital	742.720	773.053
Índice de alavancagem financeira - %	-30,28%	-24,90%

- 24
24.1
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa
- Atividades de financiamento
- Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2026					
Nota	Saldo em 31/12/2025	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2026
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	14	43.420		13.163	56.583
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15.2	113.360	2.130	4.042	119.532
Arrendamentos e aluguéis		123	3		73
		156.903	(53)	17.205	176.188
			2.133		
2025					
	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2025
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos		37.581	(35)	10.849	48.395
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		107.933	2.055	3.330	113.318
Arrendamentos e aluguéis		124	9	163	248
		145.638	(83)	14.342	161.961

- 24.2
- Transações não envolvendo caixa
- Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
- Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2026	2025
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	13.163	10.849
Capitalização no Intangível relativo a contingências		5.739
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		163
Total	13.163	16.751

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2026 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, dispostos por maturidade de vencimento, não reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/03/2026				31/12/2025
	2027	2028 e 2029	2030 e 2031	A partir de 2032	Total geral
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	21.747	15.531	2.563	529	40.370
Prêmio de risco - GSF				328	328
	21.747	15.531	2.563	857	40.698

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2026, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/03/2026				31/12/2025
	2027	2028 e 2029	2030 e 2031	A partir de 2032	Total geral
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	20.874	17.116	3.432	875	42.297
Prêmio de risco - GSF				872	872
	20.874	17.116	3.432	1.747	43.169

25.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/03/2026	31/12/2025
Seguro de vida	Aval de acionista	13.633	13.557
Ações judiciais	Fiança bancária e Seguro garantia	395	395
		14.028	13.952

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins
Conselheiro

Luís Fernando Mendonça de Barros Filho
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jung Kim
Conselheiro

Marcello Joaquim Pacheco
Conselheiro

Fábio Ferreira Durço
Conselheiro

Felipe Ferreira Marangoni
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luís Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor-Presidente e de Relações com
Investidores, Diretor Administrativo e Financeiro

Patrícia Pereira Kleiber
Diretora Vice-Presidente

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Ícaro Igor Castro de Martins Barros
Diretor Vice-Presidente de Controle e Diretor de
Relações Institucionais e de Comunicação

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) , assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de Maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP29116/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 05 de maio de 2026, às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Contábeis Intermediárias dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período encerrado em 31 de março de 2026, manifestamo-nos, por maioria de votos dos presentes, com parecer favorável às Demonstrações Contábeis Intermediárias, tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 05 de maio de 2026.

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FÁBIO FERREIRA DURÇO
Conselheiro Efetivo

MARCELLO JOAQUIM PACHECO
Conselheiro Efetivo

FELIPE FERREIRA MARANGONI
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que, em 06 de maio de 2026, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período encerrado em 31 de março de 2026.

LUIS FERNANDO MENDONÇA DE BARROS FILHO

Diretor Presidente e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

ÍCARO IGOR CASTRO DE MARTINS BARROS

Diretor Vice-Presidente de Controle e Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER

Diretora Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que em 06 de maio de 2026, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2026, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIS FERNANDO MENDONÇA DE BARROS FILHO

Diretor Presidente e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

ÍCARO IGOR CASTRO DE MARTINS BARROS

Diretor Vice-Presidente de Controle e Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER

Diretora Vice-Presidente